

AIRR 190040-35.2004.5.08.0006 – Publicação: DEJT 15.02.2013

Relator: Min. José Roberto Freire Pimenta

Agravante: BRASILIT INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Agravado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. EMPRESA QUE UTILIZA O AMIANTO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. ENTREGA DE DOCUMENTOS REFERENTES A TRABALHADORES EXPOSTOS AO AMIANTO. EXIGÊNCIA DA LEI Nº 9.055/95.

Trata-se de ação civil pública em que o Ministério Público do Trabalho objetiva a condenação da reclamada na obrigação de entregar documentos referentes aos trabalhadores expostos ao amianto, conforme determina a Lei nº 9.055/1995, bem como a responsabilização da empresa por dano moral coletivo. A hipótese dos autos envolve interesses transindividuais indisponíveis, associados ao núcleo de direitos humanos, com dimensão de direitos fundamentais, ligados à saúde e segurança ocupacional, cuja origem é comum, pois atinge todos os empregados e exempregados da Brasilit, tendo como titulares um grupo de sujeitos determinados ou determináveis por uma relação jurídica, o que o classifica como direito coletivo em sentido estrito. É sabido que a legitimidade ativa do *Parquet*, quando do ajuizamento de ação civil pública na busca da defesa de interesses coletivos ou individuais homogêneos, encontra fundamento na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Ademais, a legitimação extraordinária do Ministério Público está inserida na Constituição Federal no artigo 129, inciso III, onde se lê que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos. A Lei Complementar nº 75/93, que regulamenta as atribuições do Ministério Público da União, trata especificamente das atribuições do Ministério Público do Trabalho, como se verifica do seu artigo 83, Inciso III, que determina acompetenciado órgão para propor "ação civil pública no âmbito daJustiçadotrabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos". O artigo 127 da Constituição Federal, dispõe que "O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. "A jurisprudência desta Corte também já se pacificou no sentido de que o Ministério Público tem legitimidade para o ajuizamento de ação civil pública, inclusive para a defesa de interesses coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos. Precedentes. Agravo de instrumento **desprovido**.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRESCRIÇÃO. Ainda que possa ser alvo de discussão a tese regional de imprescritibilidade desta ação civil pública em virtude da natureza jurídica indisponível do direito fundamental tutelado, tem-se que, neste caso, é fato incontroverso o recebimento da denúncia pelo Ministério Público em junho de 2004, data não questionada pela reclamada. Somente nessa data, portanto, chegou ao conhecimento do Parquet a possibilidade da existência das ilicitudes e das irregularidades narradas em sua petição inicial, sendo aqui analogicamente aplicável, por identidade de motivos, o entendimento consagrado no item VI da Súmula 100 do TST, que dispõe

que, na hipótese de colusão das partes, o prazo decadencial da ação rescisória somente começa a fluir para o Ministério Público, que não interveio no processo principal, a partir do momento em que tem ciência da fraude. Tendo sido ajuizada a ação civil pública em novembro de 2004, ou seja, apenas cinco meses após os fatos haverem chegado ao conhecimento do MPT, ficou devidamente respeitado o princípio da *actio nata*, pelo qual se entende que o início da prescrição somente se dá quando o titular do direito violado ou, nos casos de legitimação extraordinária, o titular do direito de ação a ele atribuído para a tutela de direitos e interesses de terceiros por ele substituídos processualmente toma conhecimento do fato e da extensão de suas consequências.

Assim, não há falar em violação dos artigos 1º-C da Lei nº 9.494/97, que alterou a Lei nº 7.347/85, 4º da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro e 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal. Quanto aos arestos colacionados para a caracterização de divergência jurisprudencial, não se prestam ao fim colimado. Os julgados de fls. 20, 21 e 22, ou são originários de Turmas deste Tribunal Superior, ou não informam a fonte nem o repositório autorizado de publicação, em descompasso com o teor da Súmula nº 337, item I, alínea a, do TST e com o artigo 896, alínea a, da Consolidação das Leis do Trabalho. Agravo de instrumento **desprovido**.